

O programa de Serra é bom, mas...

O programa de governo de José Serra, anunciado quarta-feira, ganha dos outros em conteúdo, seisatez e conexão com a realidade. O diagnóstico é conciso e preciso como se vê da definição de nossos problemas: "Desemprego, falta de segurança, pobreza, desigualdade, desajustes na economia que travam o crescimento do País e o deixam vulnerável às crises que vêm de fora." Reconhece os avanços e o muito que resta fazer, não promete falsas soluções para quase tudo em quatro anos.

O texto evita o gongorismo inecifrável de um dos outros programas.

Usa linguagem direta e compreensível para realçar as boas características e potencialidades. "Este é um país diferente: imenso, diversificado, contraditório e cheio de vitalidade. Um país jovem, em formação, que apenas começa a descobrir sua importância no mundo."

Prefere o crescimento viável de 4,5% ao ano às promessas espantosas de evolução do PIB.

A idéia de continuidade é irquívoca no "tripé macroeconômico" que seria a base de: aceleração do crescimento e da geração de empregos: "legime de livre flutuação cambial, regime monetário baseado em metas de inflação e, sobretudo, o novo regime fiscal marcado pela austeridade, transparência e responsabilidade".

A proposta de reforma tributária revela conhecimento das dificuldades para atender às demandas de empresários e analistas. Promete o viável,



mesmo que difícil: eliminação do efeito cascata nas contribuições e articulação com Estados e municípios para racionalizar a tributação do consumo. Foge da enganosa tese de que a reforma precisa apenas de vontade política. Não comete a afoiteza de propor a simplificação do sistema mediante destruição da Federação e importação de uma idéia fracassada: o Imposto Kaldor.

Na Previdência, resiste à falácia do regime de capitalização, que qualquer principiante sabe ser inviável nos próximos anos. Promete apenas racionalizar o sistema, observar a restrição orçamentária e contribuir para amenizar seus graves problemas. Diz que vai lutar pela aprovação do projeto de lei complementar em tramitação no Congresso, que prevê a constituição de fundos de pensão para os servidores públicos.

Sem propostas mirabolantes na área social, o programa transmite forte compromisso com o emprego, às vezes exagerado. Promete envolver responsavelmente a União na área da segurança. No terreno político, trabalhará com o Congresso para aprovar propostas em tramitação e defenderá a adoção do voto distrital misto. Mostra saber que não cabe ao Executivo a iniciativa da reforma política. Não há esquisitices institucionais de cunho autoritário e cesarista como a de uso do plebiscito ou o federalismo flexível.

O regime de metas de inflação pressupõe a autonomia operacional do Banco Central, mas é incompreensível a ausência de um compromisso com a concessão formal desse status ao BC, pois Serra é o autor da proposta de emenda constitucional que abre o espaço para a

aprovação da respectiva lei.

A ênfase na substituição de importações com o objetivo de reduzir o déficit em conta corrente para 2% do PIB é a cara de Serra, que nunca escondeu sua preferência por essa via nem suas dúvidas sobre a abertura da economia. A idéia é apoiada pelo empresariado industrial, por correntes da área acadêmica e por segmentos da mídia, o que não é nenhum atestado de qualidade nem garantia de que a nova política seja imune aos equívocos do passado. Parece-me ingênua a afirmação de que haveria prazo certo para terminar os incentivos.

Fez melhor quem aumentou exportações e importações ao mesmo tempo: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, China, México. A ampliação do fluxo de comércio – e não sua diminuição – foi o que reduziu a vulnerabilidade externa desses países e melhorou a percepção dos seus riscos. O déficit em conta corrente do México é de 3% do PIB, um pouco menor do que o nosso (4,5% do PIB). Nem por isso o país tem sofrido como o Brasil na atual queda de confiança dos investidores.

A proposta de centralizar em um ministério todas as tarefas do comércio exterior atende a uma antiga reivindicação dos exportadores, mas é pouco viável e dificilmente tem paralelo em outro país.

Esses e outros pontos discutíveis não afetam a qualidade do texto, que não recorre ao simplismo de outros programas.

■ Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: mnobrega@tendencias.com.br)